

Abertura

Aos 22 dias passados do mês de outubro de 2025 foi realizada a 39ª reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e Demonstrativos Fiscais do Tesouro Nacional - CTCNF, iniciada pelo Subsecretário da Secretaria do Tesouro Nacional e Coordenador da CTCNF Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, que saudou e agradeceu às instituições participantes (Abrasf, Atricon, CFC, CGU, CNM, CNMP, Comsefaz, Confaz, DPU, IRB, Senado, SOF, TCU e STN), com destaque para Viviane Varga (Secretária Adjunta), Renata Mota Café (BID) e Alex Fabiane Teixeira (STN). Reconheceu também a equipe da Coordenação-Geral de Normas, citando coordenadores e gerentes. Após conferência do quórum, registrou presença de representantes das principais entidades, Abrasf (Luciana), Atricon (Josedilton), CFC (Lúcia), CGU (Elves Douglas), CNM (Rafael), Comsefaz (Felipe), Confaz (Ricardo), SOF (Caio, recém-integrado como representante), e SUCON (Heriberto), com ausência de CNMP, DPU, IRB e TCU. O Senado foi incluído posteriormente. Confirmado o quórum, destacou a renovação significativa da composição da Câmara Técnica e agradeceu aos membros que encerram seus mandatos.

VIVIANE APARECIDA DA SILVA VARGA, Secretária Adjunta do Tesouro Nacional, abriu a 39ª reunião da CTCNF destacando seu papel na harmonização das normas contábeis, transparência fiscal e racionalização de custos. Mencionou projeto com o PNUD para implementação do Selo de Igualdade de Gênero, tornando o Tesouro o primeiro órgão a aderir. Na pauta: Relatório Financeiro de Sustentabilidade com foco ESG, *ranking* da qualidade da informação contábil (“Oscar da Contabilidade”), atualização da IPC-13, impactos da reforma tributária e revisão das classificações das transferências constitucionais. Encerrou agradecendo parceiros e o BID pelo apoio às iniciativas de modernização e reafirmando compromisso com a melhoria da contabilidade pública.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, agradeceu à Viviane e à STN pelo apoio às iniciativas de contabilidade pública, destacando a importância da atuação da CTCNF na governança contábil. Ressaltou o compromisso do Tesouro com a melhoria da qualidade das informações contábeis e fiscais, além de mencionar outras agendas em andamento. E passou a palavra para Renata Mota Café, do BID, agradecendo sua participação.

RENATA MOTA CAFÉ, representando o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cumprimentou os participantes, incluindo a secretária adjunta Viviane, os colegas Heriberto Nascimento, Alex Fabiane, representantes do Tesouro Nacional e demais membros da Câmara Técnica e destacou a CTCNF como pilar da governança fiscal, essencial para harmonização das normas, transparência e consolidação das contas públicas. Enfatizou a importância dos temas da reunião — sustentabilidade, reforma tributária e comparabilidade internacional — para garantir padronização e confiabilidade das informações. O BID reafirmou apoio à gestão fiscal com o Profisco III, linha de crédito de US\$ 2 bilhões para modernização, transformação digital, uso de IA e integração de critérios ambientais e sociais. Concluiu reforçando que dados confiáveis, normas estruturadas e cooperação federativa são fundamentais para enfrentar desafios da sustentabilidade fiscal e melhorar a qualidade do gasto público.

Item 1 – Informes Gerais.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF/STN, abordou a renovação da composição da Câmara Técnica e apresentou o segundo projeto estratégico da STN: uso de Inteligência Artificial - IA para ampliar a transparência e acesso aos dados do Siconfi, em parceria com o SERPRO. A iniciativa permitirá consultas simples, como comparar gastos entre municípios, fortalecendo o controle social e a transparência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. O MVP será entregue no início do próximo ano, com testes pelos membros da CTCNF. Alex também destacou o andamento do Acordo de Cooperação STN-IRB-Atricon, que envolve cinco grupos técnicos (Pessoal, Siconfi, RPPS, Consórcios e Auditoria Financeira), com expectativa de renovação. Convidou para a primeira Conferência Nacional de Contabilidade Pública - CNCP, e informou sobre a revisão das normas do setor público pelo CFC, baseada no *Handbook IPSASB 2024-2025*, com várias normas em consulta pública. Anunciou a publicação do MDF 2026 e relatou a reunião com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

sobre precatórios, depósitos judiciais e Siafic, que resultará em consulta formal e possível emissão de novas recomendações para melhorar comunicação e padronização.

Conclusões e Encaminhamentos

- Para a 40ª CTCNF haverá renovação dos mandatos dos membros
- Foi apresentado o projeto estratégico da IA no Siconfi
- Foi anunciada a publicação do MDF 2026, disponível para consulta
- Como encaminhamento, será enviada consulta sobre precatórios, depósitos judiciais e Siafic ao CNJ.

(35:33) **HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN**, destacou que o CNJ atua por meio de recomendações, não de forma impositiva. Um exemplo é a Recomendação nº 47/2023, que sugere aos Tribunais de Justiça – TJ a adoção do Siafic, conforme Decreto nº 10.540/2020. Também foram abordados temas como precatórios e depósitos judiciais, com proposta de avaliar a replicação da periodicidade mensal de envio de informações prevista na LDO. O representante do CNJ esclareceu que as deliberações finais cabem ao Conselho e que os encaminhamentos serão formalizados em ofício conjunto do Tesouro Nacional e Atricon para apreciação do CNJ. Caso haja concordância, a proposta poderá ser submetida ao plenário para eventual recomendação oficial.

FELIPE BITTENCOURT, Comsefaz, comentou sobre a Resolução CNJ nº 102/2009, destacando o art. 21, que trata da transparência dos dados de arrecadação de recursos vinculados aos tribunais. Ele chamou atenção para o uso do termo “devem”, que confere um caráter forte e obrigatório à recomendação de adesão ao sistema único e integrado de execução orçamentária, financeira e de controle, conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.540/2020, quando disponibilizado pelo ente federativo. Acrescentou que, em futuras discussões da CTCNF, será importante abordar o problema da contabilização dos precatórios, que classificou como grave.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, compartilhou que o Brasil terá um novo representante no IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) a partir de 1º de janeiro de 2026. O indicado foi Alex Fabiane Teixeira, que assumirá o posto atualmente ocupado por Patrícia, representante do CFC, cujo mandato está se encerrando. Relatou que, durante um painel realizado na semana anterior em Santiago, Chile, foi apresentado o plano de trabalho do IPSASB para o período de 2026–2027. A discussão contou com a participação de representantes brasileiros, que contribuíram com percepções sobre a realidade nacional e latino-americana. Destacou que o IPSASB passará por uma mudança de presidência: o atual presidente, Ilan Nogueira, encerrará seu mandato, e será sucedido por Thomas Miller.

Item 2 – Resultado da Pesquisa sobre a COFOG.

ALEX FABIANE Teixeira, Coordenador-Geral - CCONF/STN, apresentou o contexto e objetivos da pesquisa sobre a classificação COFOG, realizada com membros da Câmara Técnica. Lembrou que o tema foi introduzido na 38ª reunião e que o estudo buscou avaliar a necessidade e viabilidade de implementação, considerando o papel dos entes federativos. A pesquisa teve caráter científico e imparcial para refletir a percepção da Federação. Os resultados foram considerados relevantes e serão apresentados por Ana Karolina e Adriana Rodovalho, com foco em oportunidades e desafios. Alex esclareceu que não se trata de substituir a Portaria nº 42, mas de análise complementar para melhorar a identificação das funções governamentais e a qualidade da informação fiscal.

ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS, gerente da área de normas de gestão fiscal - GENOP/CCONF/STN, retomou o tema da classificação COFOG, apresentado na reunião anterior da CTCNF. Explicou que se trata de uma classificação internacional das funções de governo, desenvolvida pela OCDE e amplamente utilizada em estatísticas fiscais globais. No Brasil, os dados da execução orçamentária são convertidos para esse formato por técnicos da CESEF, área do Tesouro Nacional responsável pela publicação dessas informações. Como encaminhamento da última reunião, foi realizada uma pesquisa de percepção entre os membros titulares, suplentes e assessores técnicos da Câmara Técnica, com o objetivo de entender melhor como essa classificação é vista pelos entes federativos. Ana Karolina informou que, para quem desejar aprofundar o tema, está disponível o Manual de Estatísticas do FMI, que detalha a estrutura e aplicação da COFOG.

ADRIANA RODOVALHO BEZERRA, GENOP/CCONF/STN, apresentou os resultados da pesquisa sobre a classificação COFOG com membros da CTCNF: 26 respostas de 7 entidades. Todos compreendem os objetivos; 81% acharam clara a apresentação e 92% querem manter a discussão. Houve consenso sobre a necessidade de capacitação, com sugestões como tabela de conversão da Portaria nº 42 para COFOG, manual orientativo, grupo técnico e cronograma escalonado. Também foi proposta a coexistência temporária das classificações e oficinas na Secofem. 85% estão motivados a colaborar, mas apontaram desafios: integração aos sistemas, padronização e ajustes com fornecedores. Embora 77% considerem viável, 96% reconhecem alta complexidade. A maioria vê benefícios — transparência, comparabilidade e controle social — mas pede planejamento, capacitação e regras claras. Como encaminhamento: a proposta foi manter o tema em pauta e aprofundar discussões nas próximas reuniões da Câmara Técnica.

RICARDO BORGES DE REZENDE, Confaz, destacou a importância do envolvimento das áreas de planejamento na discussão da COFOG, por sua relação com os ciclos orçamentários. Relatou retorno positivo da área de planejamento de Goiás à pesquisa, sugerindo debates conjuntos com o Conseplan e reforçando a capacitação, citando a Secofem como espaço estratégico. Fez analogia com a implantação do padrão de fontes e defendeu regras de transição coordenadas, com tabelas “de/para”, para respeitar ciclos estaduais e municipais. Reiterou o apoio de Goiás ao aprimoramento técnico e institucional da COFOG.

CAIO MUNIZ ASLAN RIBEIRO, SOF, em sua primeira participação na CTCNF, expressou satisfação em integrar o grupo e destacou a relevância da proposta de adoção da classificação COFOG, reconhecendo seus benefícios inequívocos, especialmente no que diz respeito à modernização, comparabilidade internacional e consolidação das informações orçamentárias dos entes federativos. Mencionou que a STN e a SOF já haviam discutido previamente o tema, e que atualmente havia uma consulta interna em andamento na SOF, envolvendo todas as suas áreas. Caio apontou desafios importantes, como: a necessidade de adaptação da COFOG à realidade brasileira; possíveis ajustes na estrutura das programações orçamentárias, incluindo o desmembramento de ações; e a complexidade da transição e o tempo de maturação necessário para uma implementação eficaz. Disse que apesar dos desafios, demonstrou otimismo quanto à possibilidade de avançar, para uma harmonização maior da classificação funcional brasileira com a COFOG, reforçando o compromisso da SOF com o processo de modernização e aprimoramento da gestão fiscal.

LUCY FÁTIMA DE ASSIS FREITAS, CFC, destacou que a adoção da classificação COFOG é um avanço para controle e transparência, mas altamente impactante, pois altera todas as dotações orçamentárias. Para os municípios, sugeriu planejar a implementação para o ciclo do PPA 2030 –2033, garantindo tempo para capacitação e adaptação, já que estão elaborando o PPA 2026–2029. Criticou a prática de áreas contábeis assumirem o planejamento, que deveria ser intersetorial, e alertou para a dependência de sistemas locados, exigindo preparo das empresas de software. Reforçou a necessidade de planejamento, transição e capacitação ampla para uma mudança segura. Outro participante concordou que a capacitação é fundamental antes da implementação.

(1:29:39) LUCIANA BORGES TEIXEIRA, Abrasf, expressou satisfação com os resultados da pesquisa sobre a COFOG, destacando sua relevância para comparabilidade e análise de políticas públicas. Alertou, porém, que o tema ainda é distante da realidade dos municípios, sobretudo os pequenos, onde muitos desconhecem a classificação. Reforçou a necessidade de capacitação e implantação faseada, com tempo adequado para preparação. Sugeriu ampliar a pesquisa para mapear quem precisa de treinamento e avaliar o nível de conhecimento nos municípios, preparando o ambiente institucional antes da exigência prática. Recomendou que essa proposta seja considerada nos próximos encaminhamentos da CTCNF, fortalecendo a base técnica para futura adoção da COFOG.

JOSÉ RAFAEL CORRÊA, CNM, em conversa com Marcos, Luciana e Alex sobre os próximos passos da pesquisa e capacitação da COFOG, sugeriu ampliar a pesquisa com apoio da CNM, adaptando a linguagem para municípios, especialmente os de pequeno porte, para obter respostas mais representativas. Luciana apoiou e propôs envolver a Abrasf. Alex reforçou que a capacitação é crítica e que a Secofem não será suficiente, sugeriram criação de módulos à distância para maior alcance. Todos concordaram que ampliar pesquisa e capacitação é essencial para garantir implementação segura e eficaz.

ELVES DOUGLAS TEIXEIRA DA CRUZ, CGU, considerou a pesquisa clara e útil, e reforçou a relevância da COFOG para aumentar a comparabilidade internacional. Fez três observações: (1) adaptações à realidade brasileira não devem comprometer o padrão global; (2) sugeriu usar o curso gratuito da ENAP para capacitar municípios; (3) mencionou uma publicação de acesso público do SIOP, no âmbito federal, realizada talvez pelo Planejamento e recomendou convidar a equipe responsável, que participou dessa classificação e que aplicou COFOG entre 2010 e 2023, para compartilhar experiências e lições aprendidas. Concluiu destacando a importância de preservar a integridade técnica, ampliar capacitação acessível e aproveitar experiências anteriores para embasar decisões futuras.

ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS, GENOP/CCONF/STN, confirmou a existência de um curso gratuito e completo sobre COFOG na ENAP, recomendado para quem deseja aprofundar-se no tema. Informou que a publicação dos dados continua sob responsabilidade da CESEF, podendo haver atrasos pela complexidade do processo. Inicialmente restrita à União, a compilação evoluiu com uso de IA para integrar informações de estados e municípios, consolidando dados da Federação no padrão COFOG. Destacou o engajamento da equipe da CESEF, que participou da última reunião da CTCNF e segue envolvida nas discussões, reconhecendo desafios de padronização e adaptação das informações.

CAIO MUNIZ ASLAN RIBEIRO, SOF, comentou que também faz a classificação das despesas do projeto de lei orçamentária conforme a COFOG. Então, esse relatório integra as informações complementares ao PLOA e é um relatório publicado no site do Ministério do Planejamento e Orçamento. E disse que se quisessem consultar, ficava no mesmo lugar de consulta do projeto de lei orçamentária da União.

JOSÉ RAFAEL CORRÊA, CNM, destacou a diferença estrutural entre estados e municípios, onde contadores acumulam funções, dificultando a implantação da COFOG. Sugeriu transição escalonada, começando pelos municípios, e alinhamento aos ciclos do PPA para garantir consolidação nacional. Sobre capacitação, reforçou que a Secofem e a ENAP são importantes, mas não suficientes. Propôs buscar experiências internacionais, ampliar capacitação com parcerias CNM-STN e eventos regionais, além de realização de uma *live* explicativa para introduzir o tema. Alertou para riscos nos sistemas terceirizados, defendendo diálogo com empresas de *software* e envolvimento dos Tribunais de Contas. Mencionou desafios técnicos do “de/para” e preservação do histórico de dados, especialmente diante da reforma tributária.

ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS, GENOP/CCONF/STN, reconheceu que as sugestões recebidas foram válidas e importantes para o aprimoramento da discussão sobre a classificação COFOG. Foi mencionado que há países que adotam a COFOG na execução orçamentária. A equipe considerou valiosa a ideia de estudar experiências internacionais de transição como referência.

WAGNER YUICHI CAPELLI, Comsefaz, falou que o momento atual era de mudanças significativas nos sistemas utilizados pelos entes públicos, e que o Siafic é mais uma dessas transformações, exigindo forte integração entre áreas como contabilidade, planejamento e tecnologia da informação - TI. Destacou que, embora o tema principal da reunião fosse outro, era importante antecipar os impactos da reforma tributária, que também trará modificações estruturais. Ressaltou que essas mudanças têm custos elevados, especialmente na área de TI, e que será necessário prever essas despesas nos orçamentos públicos, como já mencionado por Rafael. Reforçou que, embora o uso interno dos sistemas fosse o foco, os benefícios da mudança estavam mais do que demonstrados, justificando o investimento. Por fim, alertou que era preciso começar a planejar os custos das reformas e das adaptações sistêmicas, considerando que essas mudanças exigem tempo, recursos e coordenação entre diferentes áreas da administração pública.

YASMIM DA COSTA MONTEIRO, Comsefaz, trouxe uma preocupação central sobre a integração dos sistemas, especialmente no contexto da adoção da classificação COFOG. Destacou que, por se tratar de uma mudança com impacto em todo o governo, é essencial que os gestores compreendam e apoiem o processo, principalmente no que diz respeito à contratação e integração de sistemas. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, ela mencionou que ainda não há integração entre o sistema de planejamento e o Siafic, o que obriga a equipe a trabalhar com dados e arquivos externos, prática que deve ser evitada por gerar riscos e inconsistências,

especialmente nos processos de execução orçamentária e geração de relatórios. Ela reforçou que, além da capacitação dos profissionais, é fundamental que eles tenham acesso a sistemas adequados para implementar as mudanças de forma eficaz.

(1:49) HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, complementou a fala, observando que esse modelo — com sistemas distintos para orçamento e execução — era comum em toda a Federação, inclusive no âmbito federal, onde o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP trata do orçamento e o Siafi, da execução. Concordou que a integração entre sistemas e áreas, como planejamento e contabilidade, era essencial, e reforçou a importância da participação conjunta desses setores no processo de transição.

ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS, GENOP/CCONF/STN, esclareceu que o grupo estava realizando um estudo inicial de viabilidade sobre a adoção de uma nova abordagem, sem ainda tomar decisões definitivas. O foco atual era compreender a classificação e a percepção do tema. Sugeriu refletir sobre a possibilidade de convivência entre dois sistemas, reconhecendo que isso poderia representar um custo adicional, mas também uma alternativa válida a ser analisada com atenção.

JEFFERSON FERNANDO GRANDE, Comsefaz, complementou a fala de Ricardo ao destacar que, embora a implementação pareça mais simples nos estados do que nos municípios, há divergências significativas entre eles. Citou como exemplo Santa Catarina, cuja estrutura orçamentária passou por diversas alterações. Relatou os desafios enfrentados na implantação da estrutura de fontes, especialmente devido à divisão de responsabilidades entre diferentes diretorias, o que exigiu negociações internas. Jefferson sugeriu realizar uma pesquisa no âmbito do Grupo de Gestores de Finanças Estaduais - GFIN para mapear como essa estrutura está organizada nos estados, já que não existe uniformidade. Como proposta, indicou incluir o tema nas próximas edições da Secofem e sugeriu a realização de oficinas a partir do próximo ano.

ELISÂNGELA SANTOS FERNANDES, Confederação Nacional de Municípios (CNM), reforçou as dificuldades dos municípios de pequeno porte, que, pela falta de estrutura, concentram funções nos contadores, comprometendo a definição e uso de indicadores nos PPAs. Apoiou ampliar a pesquisa e sugeriu apresentar um modelo prático para migração da Portaria nº 42 para o padrão COFOG, facilitando a compreensão dos profissionais. Alertou para riscos nos sistemas Siafic “de prateleira”, citando caso de alteração não informada que gerou lançamentos incorretos. Propôs validar esses sistemas, possivelmente com Inteligência Artificial (IA), para proteger os contadores e garantir qualidade das informações fiscais e contábeis.

MARCOS VINÍCIUS CUNHA DOS SANTOS, CNM, reforçou os pontos apresentados por Rafael, destacando que as dificuldades enfrentadas pelos municípios já vêm sendo discutidas há algum tempo. Agradeceu a abertura ao diálogo antes da implementação das novas normas, reconhecendo a importância dessa escuta prévia para que os municípios possam contribuir efetivamente. Ressaltou que a CNM está à disposição para colaborar com uma visão mais abrangente, especialmente por meio de pesquisas e eventos realizados nos municípios. Por fim, reiterou o compromisso da CNM em apoiar o processo de transição e contribuir com informações e articulações que possam facilitar a implementação das mudanças propostas.

JOSÉ HOSANAN, convidado, representante das empresas de informática que atuam em mais de 200 municípios, destacou que a maior dificuldade dos municípios é o acesso à informação em tempo real. Ressaltou o papel estratégico dos TCs na comunicação e sugeriu usar o Siconfi, via área de envio da Matriz de Saldos Contábeis, para aplicar pesquisas com *link* direto, ampliando alcance e identificações COFOG. Propôs transição gradual das classificações, com coexistência por cinco anos para preservar histórico e facilitar adaptação dos sistemas.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN concordou com a abordagem feita pelo convidado. E declarou encerrado um dos pontos de pauta.

Conclusões e Encaminhamentos

- Sugestão de preservação do histórico de dados, quando da transição para a nova classificação, especialmente em meio à discussão da reforma tributária
- Proposta de implementação de um modelo prático do padrão da Portaria nº 42 para o da COFOG
- Tribunais de Contas são importantes como canal de comunicação com os municípios pequenos
- Sugestão de inclusão de *link* na utilização do Siconfi como meio de pesquisas
- Como encaminhamento COFOG: manter o tema em pauta e aprofundar discussões

Item 3 – Relatório Financeiro de Sustentabilidade.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, iniciou o debate sobre o Relatório Financeiro de Sustentabilidade, conforme antecipado por ele. Em seguida, a coordenação, na figura de Alex Fabiane, fez seus comentários sobre o relatório, destacando a crescente relevância do tema ESG na agenda pública e a necessidade de consolidar informações nos entes federativos. Mencionou normas existentes, como a *Exposed Draft ED83 do IPSASB*, voltada para ações climáticas, e ressaltou a importância de preparar o setor público para sua adoção, incluindo a identificação orçamentária das despesas com sustentabilidade por meio de marcadores. A proposta inicial envolve mapear ações orçamentárias para permitir, futuramente, indicadores e mensuração de impactos, como redução de emissões. Citou normas do setor privado (NBC TSP 01 e 02) como referência, e reforçou que, embora o conceito seja amplo, o foco inicial será financeiro e orçamentário, criando base para análises futuras alinhadas à agenda ESG (*Environment, Social, Governance*).

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, gerente da Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis Aplicados à Federação - GENOC/STN, apresentou a proposta do Relatório Financeiro de Sustentabilidade, que busca colocar a contabilidade no centro do debate sobre aplicação de recursos públicos em ações sustentáveis. O foco inicial será no pilar ambiental do ESG, com expansão futura para social e governança. O relatório visa garantir transparência, comparabilidade e avaliação de riscos, apoiando decisões baseadas em evidências. A estrutura segue referenciais nacionais e internacionais (ED83/IPSASB, NBC TDS, GFSM, CESEF, SOF/BID) e prevê um marcador orçamentário (CR) na Matriz de Saldos Contábeis via Siconfi, para identificar ações como mudanças climáticas, agricultura sustentável e controle de enchentes. O objetivo é criar uma classificação estratégica alinhada a padrões globais. Membros da CTCNF foram convidados a enviar sugestões, com códigos iniciais já disponíveis.

DANIEL MAGALHÃES, GENOC/STN, reconheceu que a contabilidade pública ainda não tem protagonismo no debate, embora seja essencial para transparência, comparabilidade e avaliação de riscos. O relatório busca mostrar como os recursos são aplicados em ações sustentáveis, com foco inicial na dimensão ambiental do ESG. A gerência, com apoio de Francisco Wayne, analisou normas NBC TSP 01 e 02, inspiradas nas IFRS, identificando predominância de aspectos qualitativos e pouca abordagem financeira, desafio para gerar dados objetivos. Destacou a contribuição da CESEF e do estudo contratado pelo BID, que listou 151 descrições de gastos ambientais, base para criar códigos vinculados a chaves secundárias (agendas, políticas, subcategorias), permitindo classificação detalhada. Essa informação será captada via Matriz de Saldos Contábeis no Siconfi, viabilizando relatórios financeiros de sustentabilidade. Concluiu reforçando que o trabalho se apoia em referências sólidas e parcerias institucionais.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, disse que era apenas o começo, e que no texto, que disponibilizaram para os membros da CTCNF, constavam todas as descrições iniciais que planejaram, com o código e a descrição. Isso para mostrar toda a tabela que se pensou, inicialmente, com 151 códigos, só com a parte ambiental. A parte social ficou para uma etapa posterior.

DANIEL MAGALHÃES, GENOC/STN, destacou que a CESEF, liderada por Carla, adota abordagem inversa à GENOC: analisa a execução orçamentária para verificar como os gastos se enquadram nas codificações existentes. No futuro, usar codificação desde a origem facilitará dados estruturados. Destacou a diferença entre gastos climáticos primários (ações ambientais diretas) e secundários (despesas com impactos ambientais positivos). O trabalho busca alinhamento institucional para integrar esforços na construção do Relatório Financeiro de Sustentabilidade.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, enfatizou que a complementaridade entre a abordagem qualitativa da CESEF e a quantitativa da GENOC realmente fortalece a análise dos dados de gastos públicos.

DANIEL MAGALHÃES, GENOC/STN, informou que a GENOC está estruturando dados para mensurar ações sustentáveis, incluindo um marcador residual (“outros tipos de energia renovável”) para garantir flexibilidade aos entes. A codificação permitirá relatórios, gráficos e mapas alinhados a boas práticas internacionais, com foco em estrutura, governança, custos, oportunidades, metas e métricas. Destacou a inclusão de categorias como solar, eólica, marés, geotérmica, biogás e futuras fontes como hidrogênio verde e biomassa. O marcador residual funciona como “válvula de escape” para não excluir iniciativas inovadoras. Washington reforçou que o relatório não é impositivo: os marcadores visam demonstrar gastos sustentáveis já realizados pelos entes.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral - CCONF/STN, destacou que a criação de um marcador não gera impacto imediato: é preciso tempo para adaptar sistemas e processos. Exemplo: criado em 2026, prepara-se nesse ano, coletam-se os dados em 2027 e geram-se relatórios em 2028. Para isso, propôs uso facultativo em 2026, permitindo que entes mais preparados iniciem antes da obrigatoriedade em 2027. Os marcadores não criam obrigações, apenas viabilizam demonstrar ações sustentáveis já existentes. O foco inicial será em gastos climáticos, com perspectiva de ampliar para áreas sociais e de governança. Sustentabilidade envolve aspectos sociais, governança e financeiros: recursos para ações sociais, prevenção de desperdícios e boa alocação de recursos. Alertou para a urgência: sem marcadores, não há como gerar informações para planejar políticas públicas baseadas em evidências.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, esclareceu que, embora o tema fosse o Relatório Financeiro de Sustentabilidade, a discussão prática tratava da criação do Código de Registro (CR), um marcador gerencial semelhante ao CO, mas voltado à agenda ESG. O CR não altera a estrutura orçamentária, apenas marca dotações via matriz de saldos contábeis para permitir análises e transparência. Justificou não usar o CO, pois este complementa fonte de recursos, enquanto o CR identifica gastos sustentáveis, evitando sobreposição. Propôs uma tabela separada para o CR, viabilizando relatórios ESG sem conflitar com a execução orçamentária. Convidou os presentes a contribuir, reforçando que o CR é uma proposta inicial para construir relatórios sustentáveis.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral - CCONF/STN, complementando, falou que a CCONF publica o Balanço do Setor Público Nacional - BSPN. Esse BSPN engloba todas as informações da execução orçamentária e financeira de todos os entes. O objetivo com esses marcadores é permitir que se tenha um BSPN de sustentabilidade. Algo que isso seria produzido pelo Tesouro, mas com base nas informações geradas pelos entes da federação.

JOSEDILTON ALVES DINIZ, Atricon, comentou que a norma brasileira replica as normas S1 e S2 do IFRS, voltadas à sustentabilidade, mostrando que essa lógica pode ser aplicada à contabilidade pública. Citou iniciativas dos TCs em auditorias de sustentabilidade. Expressou preocupação com a criação de um novo código, questionando sua necessidade e apontando falta de um *framework* claro, semelhante ao da contabilidade societária. Observou ausência de identidade própria na proposta, que mistura elementos das normas S1 e S2, e sugeriu definir melhor o formato do relatório, os códigos, as informações geradas e como os TCs auditariam os dados. Também levantou dúvidas sobre a finalidade do relatório — controle social, gerencial ou outro.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral - CCONF/STN, esclareceu pontos da apresentação: (1) Arcabouço normativo — Daniel e Wayne desenvolveram base conceitual para subsidiar uma portaria da STN, que definirá premissas e forma de produção das informações. (2) Escopo inicial — relatório será consolidado, semelhante ao BSPN, com dados do Siconfi; marcação ocorrerá na execução orçamentária, não no orçamento, enviada via Matriz de Saldos Contábeis. O MCASP terá seção específica sobre aplicação dos marcadores, ajustada após convergência da norma IPSASB para NBCT. Referências: IFRS S1 e S2, NBCT DS 0102 e IPSASB. Objetivo estratégico: primeiro passo, identificar marcadores para relatório consolidado; segundo permitir relatórios por ente; e, em 5-6 anos, avaliar impacto das políticas públicas com base nos recursos aplicados.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, destacou que, embora exista um rascunho de norma do IPSASB (ED), ele ainda é bastante genérico, voltado para planejamento, definição de metas e métricas, sem detalhar procedimentos práticos. Diante disso, foi identificada a necessidade de o Tesouro Nacional assumir um papel pioneiro, desenvolvendo um modelo mais objetivo e operacional, capaz de gerar números concretos para consolidação das contas públicas. A proposta busca evitar que o trabalho fique restrito a diretrizes abstratas, avançando para um formato que permita mensuração e transparência.

JOSEDILTON ALVES DINIZ, Atricon, complementou ressaltando que a tendência é evoluir para um balanço integrado, contemplando tanto os aspectos fiscais quanto os de sustentabilidade, de forma semelhante ao que já ocorre no setor privado. Observou que empresas como a Vale foram pioneiras na publicação de relatórios integrados e que essa prática já está sendo auditada por auditores independentes, o que indica que, em breve, órgãos de controle, como os TCs, também deverão se debruçar sobre esses relatórios no setor público.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, destacou que *frameworks* internacionais ainda estão em desenvolvimento: o *Exposure Draft* 83 do IPSASB será implementado em duas fases — operações internas (próximo ano) e políticas públicas (2027). Apesar disso, o Brasil já possui estrutura de codificação avançada. Daniel citou o relatório da Vale como referência em governança e gestão de riscos, mas observou que não atende à contabilidade pública por focar apenas em indicadores ambientais. Considerou acertada a decisão de iniciar com marcadores orçamentários para compreender despesas e, depois, evoluir para metas e métricas conforme normas internacionais.

LUCY FÁTIMA DE ASSIS FREITAS, CFC, levantou a preocupação sobre a operacionalização do novo marcador (CR) e sua relação com o planejamento das ações governamentais. Sua observação destacou que, embora o marcador pareça simples, sua aplicação depende de um nível de detalhamento que hoje não existe na maioria dos PPAs, especialmente nos municípios, onde as ações são muito sintéticas e pouco aderentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Finalizou dizendo que antes de discutir a marcação no âmbito contábil, seria necessário avançar na qualificação do planejamento, garantindo que as ações orçamentárias estejam compatíveis com os marcadores propostos.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral - CCONF/STN, reconheceu que a relevância da questão e explicou que a equipe avaliou duas possibilidades: inserir os marcadores no planejamento ou na execução. Optou-se, inicialmente, pela execução, por ser mais viável e menos onerosa, considerando a complexidade de incluir essa marcação no orçamento da União. A proposta é que, no momento da execução da despesa, o responsável identifique e registre o marcador correspondente, permitindo que a informação seja enviada ao Siconfi e consolidada pelo Tesouro Nacional. Destacou que essa decisão foi um *trade-off* entre a dificuldade operacional e a necessidade de gerar informações, mas deixou claro que o modelo podia ser repensado conforme as contribuições do grupo.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, reforçou que as observações de Lucy eram pertinentes. Explicou que, embora idealmente os marcadores pudessem ser inseridos no orçamento, essa solução seria inviável na prática, especialmente para a União, devido à complexidade e ao impacto nos sistemas. A decisão de concentrar a marcação na execução busca evitar engessamento e garantir viabilidade operacional, sem impedir que os entes, conhecendo a estrutura, possam adaptar seus planejamentos voluntariamente. Também destacou a preocupação de não atribuir à contabilidade funções que extrapolam sua finalidade. A proposta busca limitar-se ao que é possível e adequado à contabilidade, garantindo informações detalhadas para reduzir julgamentos subjetivos. Reconheceu que houve discussões sobre reduzir a granularidade dos marcadores para facilitar a aplicação, mas prevaleceu a ideia de manter maior detalhamento para assegurar precisão.

DANIEL MAGALHÃES, GENOC/STN, complementou afirmando que a decisão inicial foi focar na despesa, permitindo que, a partir dessa lógica, os entes pudessem evoluir para um planejamento mais alinhado à Agenda 2030 da ONU. Ressaltou que era positivo ver que as provocações externas coincidiam com os desafios internos, reforçando a relevância do debate.

ELVES DOUGLAS TEIXEIRA DA CRUZ, CGU, levantou duas questões: (1) possibilidade de sobreposição entre marcadores, já que uma despesa pode se enquadrar em mais de uma categoria, como ações climáticas e combate a incêndios; (2) finalidade do relatório, que deve evidenciar riscos e oportunidades, não apenas gastos. Questionou como transformar valores financeiros em informações sobre riscos, defendendo que o processo comece no planejamento estratégico, com identificação de riscos, metas e métricas, para então associar despesas e avaliar impactos. Considerou inviável analisar cada despesa isoladamente, reforçando a necessidade de abordagem bem estruturada, desde o planejamento.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, explicou que a intenção inicial era evitar duplicitade entre dimensões ambiental e social, mas reconheceu que pode haver sobreposição, já que um gasto pode atender a ambas. A ideia de criar níveis (principal e secundário) foi descartada por complexidade; a prioridade é simplificar diante do grande volume de informações. Sobre implementação, avaliou a abordagem *top down*, mas considerou inviável exigir planejamento detalhado de todos os municípios. Propôs criar um marcador como referência para orientar os entes. Ressaltou que a norma é geral, exigindo planejamento, metas e métricas, sem detalhar como isso deve ser feito.

ELVES DOUGLAS TEIXEIRA DA CRUZ, CGU, destacou que considera mais complexo categorizar cada despesa em classificações específicas do que partir da análise de riscos. Para ele, seria mais simples identificar os riscos relevantes de sustentabilidade da entidade — geralmente seis ou sete — e, a partir deles, classificar as ações que impactam positivamente esses riscos. Ressaltou que essa abordagem parece mais prática do que a categorização detalhada proposta. Além disso, apontou que a consolidação das informações seria extremamente difícil, pois cada ministério possui riscos distintos, muitas vezes não consolidados entre si. Concordou que o objetivo da norma não é consolidar dados, mas sim direcionar o olhar para riscos e oportunidades de sustentabilidade e para o compromisso da entidade em enfrentá-los.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, explicou que a proposta é oferecer aos entes uma referência clara do resultado esperado, para que identifiquem riscos e oportunidades e definam métricas adequadas. Reconheceu o desafio de transformar listas de gastos em riscos, destacando a relação com os ODS e as dificuldades de integrar indicadores qualitativos à lógica contábil. Mencionou possíveis parcerias com órgãos como o IBGE, que monitora ODS, mas com abordagem distinta. Elves Douglas (CGU) observou que relatórios devem manter o formato tradicional de balanço, enquanto Heriberto ressaltou a necessidade de incluir descrições detalhadas das ações, com apoio técnico. O desafio envolve não só execução financeira, mas também explicar claramente o impacto das medidas.

LUCIANA BORGES TEIXEIRA, Abrasf, observou que a abordagem atual foca na marcação de despesas ambientais, mas considera que isso é limitado e pode gerar apenas números sem conexão com objetivos estratégicos. Defendeu partir da gestão de riscos, integrando sustentabilidade ao planejamento, não só à execução. Apontou lacunas: ausência de ações preventivas e corretivas, passivos ambientais, formas de financiamento e incentivos fiscais. Reforçou que esses elementos são essenciais para um relatório robusto. Expressou que embora seja válido iniciar pelo mapeamento das despesas, fez um alerta que a implementação será lenta, exigindo amadurecimento conceitual e reformas, tornando inviável concluir até 2026.

WASHINGTON NUNES LEITE JÚNIOR, GENOC/STN, reforçou que a questão patrimonial chegou a ser considerada no início, mas foi descartada devido à complexidade, que poderia exigir até um novo PCASP para captar informações relacionadas à sustentabilidade. Reconheceu a relevância do passivo ambiental, citando exemplos como Brumadinho e o caso da Braskem, que, embora originados no setor privado, acabaram gerando impactos para o setor público. Diante disso, defendeu começar pelo registro das despesas e, posteriormente, evoluir para aspectos mais amplos, incluindo receitas, pois os entes têm interesse em demonstrar esforços nessa área para atrair recursos.

ALEX FABIANE, Coordenador-Geral - CCONF/STN, explicou que a lógica do projeto segue princípios de gestão ágil, priorizando ações viáveis e incrementais. Admitiu que chamar o documento de “relatório financeiro de sustentabilidade” é uma simplificação, mas necessária para iniciar o processo. Alertou que tentar construir algo

completo desde o início seria inviável e poderia comprometer a execução. Por isso, sugeriu uma abordagem gradual, com etapas que permitam evoluir até um modelo robusto. Citou como referência a experiência da Colômbia, que publica relatórios reduzidos, mesmo sendo um país avançado na gestão orçamentária e financeira. Concluiu que o desafio é definir o caminho mais adequado para alcançar o objetivo final sem inviabilizar a implementação.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, destacou a relevância da visão ampla trazida por Luciana, incluindo passivos ambientais e mecanismos de financiamento. Lembrou que o Tesouro já emite títulos sustentáveis e citou o Fundo Rio Doce (cerca de R\$80 bilhões), mostrando que há ativos além dos passivos. Defendeu um modelo completo, mesmo com implementação gradual. Heriberto sugeriu avaliar se a primeira etapa deve focar só em despesas, considerando ativos e passivos. Lucy propôs mapear ações existentes nos três níveis de governo e vinculá-las aos ODS, mas Heriberto alertou para a falta de padronização, que dificulta consolidação das informações.

RICARDO BORGES REZENDE, Confaz, destacou a importância de premissas sólidas, dado que alguns entes já incorporam ODS enquanto outros desconhecem o conceito. Alertou para o risco de informações inconsistentes se apenas marcarem despesas sem critérios robustos, comprometendo consolidação e auditoria. Citou desafios como vinculação orçamentária e gestão ambiental. Sugeriu criar um GT dividido em áreas estruturais e teóricas para definir objetivos e elaborar um modelo inicial de relatório de sustentabilidade, integrando áreas técnicas e orçamentárias. Reforçou envolver responsáveis pelo planejamento e sistemas, prevendo ajustes como inclusão de marcadores e associação com classificações existentes, como COFOG.

JOSÉ RAFAEL CORRÊA, CNM, comentou que novas demandas — como COFOG, marcadores, alterações no plano de contas e reforma tributária — podem levar contadores a pensar em aposentadoria. Considerou prazos como 2026 inviáveis e sugeriu 15 anos como mais realista. Defendeu definir claramente o objetivo da informação, citando dificuldades atuais com planos setoriais, como o Plano Nacional de Educação. Alertou que detalhar ações específicas é impraticável sem apoio técnico, pois contadores não identificam aspectos como tratamento térmico ou gestão de resíduos. Reforçou que os dados devem apoiar políticas públicas e decisões estratégicas, e que a implementação será gradual, com apoio da CNM, oferecendo estrutura técnica e experiência. Concluiu que será preciso avançar muito para construir um modelo consistente.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, destacou que a utilização da COFOG parece oferecer um caminho mais claro e maduro para orientar a classificação das informações, embora ainda haja pontos a serem definidos. Rafael, reforçou a importância de considerar também as receitas relacionadas à sustentabilidade, como multas ambientais, compensações previstas em legislação e receitas provenientes de consórcios ou reciclagem. Argumentou que esses elementos deviam ser incorporados ao modelo futuro, mesmo que não seja possível implementá-los em 2026, mas dentro do horizonte de 15 anos proposto.

CAIO MUNIZ ASLAN RIBEIRO – SOF, concordou com a posição da STN afirmando que seria inviável criar uma classificação orçamentária específica para sustentabilidade. Explicou que, na União, a solução tem sido avançar com marcações gerenciais, que são mais flexíveis e permitem múltiplas marcações sobre as mesmas despesas. Essas marcações são utilizadas tanto para gestão interna quanto para divulgação de informações em painéis temáticos, como o das agendas transversais e do novo PAC, por meio do sistema SIOPE. Reconheceu, contudo, que unificar marcações gerenciais seria inviável, mas entende a necessidade de uma marcação padronizada, justificando a proposta do CR.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, foi definida a criação de um GT para dar continuidade às discussões. A proposta era que o GT fosse composto por representantes do Tesouro Nacional, da SOF, dos estados (indicados pelo CONFAZ e pelo CONSEFAZ), dos municípios (indicados pela Abrasf e CNM) e do CFC, totalizando sete membros. Avaliou-se também a possibilidade de incluir representantes dos tribunais (IRB ou Atricon) em um momento posterior. As entidades deverão enviar as indicações dos participantes, e a SOF ficará responsável pelo primeiro contato e pela abordagem inicial. Foi sugerido que, futuramente, especialistas e representantes de áreas como planejamento e PPA possam ser convidados para contribuir com as discussões.

Conclusões e Encaminhamentos

- Conclusão: foi definido um Grupo de Trabalho para dar continuidade às discussões.

Item 4 – Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi.

LEANDRO MOREIRA SOUTO, Coordenador - CTRAD/CCONF/STN, A cerimônia de premiação em 15 de setembro destacou o sucesso do *Ranking* 2025: Goiás liderou entre os estados, seguido por Tocantins e Rondônia, com evolução de Roraima, Amapá e Ceará. Entre capitais, Salvador e Belo Horizonte atingiram 100%, com destaque para Porto Velho, São Luís e Natal. Nos municípios, Rio Grande do Sul predominou entre os menores; Brusque (SC), Serra e Vila Velha (ES) lideraram entre os maiores. Casos como Lacerdópolis (de 0% para 90%) ilustram avanços. Notas “A” cresceram de 120 (2020) para 547, e junto com “B” somam 54,7% do total. Meta: ampliar notas “A” e “B” para garantir transparência e qualidade das informações. Anunciou a antecipação do *Ranking* 2026 para 23/6, com consulta pública de 20/4 a 15/5 e congelamento da base em 11/5, visando completar 80 verificações.

RICARDO BORGES REZENDE, Confaz, comentou a evolução no *ranking*, com ausência de notas “D” ou “E” e 19 estados com nota “A”, evidenciando amadurecimento contínuo. Alertou para o desafio da sazonalidade, reforçando a necessidade de institucionalizar práticas contábeis para evitar oscilações. Destacou que a ampliação das verificações mostra preparo dos entes para critérios mais rigorosos. Ressaltou o papel do apoio institucional, pois sem respaldo das lideranças os avanços não se sustentam. O *ranking* e o prêmio dão visibilidade ao trabalho dos contadores públicos, sensibilizando gestores, fomentando investimentos e fortalecendo a governança fiscal.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, mostrou satisfação com o resultado global em que todos os entes estão prosseguindo, não obstante o aumento da quantidade de verificações. Constatou que não se teve estado em “D” ou “E”, e a quantidade de entes que estão tendo *upgrade* realmente é bastante significativa. E o que foi nota “C” ganhou prêmio de evolução. Leandro acrescentou que quem recebe nota “A” ganha um selo que pode utilizar nas suas publicações. E quem tiver nota “A” por três anos seguidos, ganha um brasão com as três notas.

RICARDO ROCHA DE AZEVEDO, CFC, destacou a necessidade de engajar entes que não percebem a importância do *ranking* da qualidade da informação contábil. Observou que resultados negativos não geram pressão interna por falta de comunicação. Para mudar isso, sugeriu retomar o envio de cartas físicas, com o brasão do Tesouro Nacional, diretamente a prefeitos e governadores, contendo desempenho no *ranking*, evolução nos últimos cinco anos e impactos práticos, como reflexos no CAPAG e na credibilidade do ente. A proposta visa dar visibilidade ao tema e estimular ações corretivas. **HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN**, acrescentou que a divulgação apenas pelo portal, embora bem elaborado, não era suficiente para alcançar quem realmente precisava ser informado.

MARCOS VINÍCIUS CUNHA DOS SANTOS, CNM, perguntou se, na percepção do Tesouro Nacional, o acordo de cooperação técnica firmado entre o TCE - ES e a STN atua como indutor para melhorar a posição dos municípios capixabas no *ranking*, sugerindo que essa iniciativa poderia inspirar outros tribunais a firmarem pactos semelhantes. E destacou a necessidade de mecanismos adicionais para estimular municípios com conceito baixo, especialmente aqueles classificados como “E”, já que muitos gestores desconhecem o *ranking* e não percebem impactos diretos. Observou também que a ausência de vinculação do conceito com processos relevantes, como julgamento de contas, contribui para essa falta de engajamento. Marcos sugeriu que o tema seja tratado com os TCs, buscando formas de dar repercussão ao *ranking*, ainda que inicialmente pequena, para incentivar melhorias.

ALEX FABIANE TEIXEIRA, Coordenador-Geral - CCONF/STN, esclareceu que não existe um estudo formal que correlacione o ACT entre o Tribunal de Contas do Espírito Santo - TCES e a STN com o desempenho dos municípios no *ranking*. Contudo, observações empíricas indicam que os municípios capixabas apresentam resultados melhores, possivelmente devido ao alinhamento entre as regras do manual e as exigências do tribunal. Essa convergência parece estimular os jurisdicionados a aperfeiçoarem as informações enviadas ao Tesouro, refletindo em melhor desempenho no *ranking*, embora não haja dados conclusivos que comprovem essa relação.

(7:27) LEANDRO MOREIRA SOUTO, Coordenador, CTRAD/CCONF/STN ressaltou que o acordo de cooperação com o Espírito Santo é positivo tanto para o Tesouro quanto para os municípios, e informou que já existem outros acordos firmados com Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, estando estes dois últimos em fase de implementação. Destacou também que o *ranking* passou a ter vinculação com a análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG): municípios com notas “D” ou “E” não terão a CAPAG analisada, enquanto aqueles com melhor desempenho receberão benefícios adicionais, o que cria uma consequência relevante para a melhoria das informações contábeis.

ELISÂNGELA SANTOS FERNANDES, CNM, comentou que a CNM analisou o *ranking* dos 5.568 municípios e identificou cinco fatores para perda de pontuação: ajustes da dívida ativa, evidenciação de créditos tributários, movimentação da conta de depreciação, equilíbrio entre recursos não vinculados e disponibilidade de caixa/restos a pagar, além da verificação dos valores de caixa e equivalentes. Destacou desconhecimento sobre o ranking em eventos da Conexão Nacional, apontando falta de profissionais e limitações nos sistemas como principais dificuldades. Sugeriu que o Tesouro disponibilize normativos com exemplos práticos e casos de sucesso para apoiar municípios pequenos. A CNM pode colaborar enviando comunicações aos gestores com os resultados para ampliar a divulgação.

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, ressaltou a relevância do papel da CNM e da pesquisa apresentada por Elisângela, especialmente ao evidenciar que muitos contadores municipais desconhecem o *ranking*, confirmado a necessidade de melhorar a comunicação. Destacou que a capilaridade da CNM pode contribuir para ampliar a divulgação dos resultados aos gestores, conforme sugerido por Ricardo. Além disso, foi elogiado o diagnóstico dos principais erros identificados nos municípios, que será publicado em estudo específico, considerado um ponto importante para orientar melhorias sob a perspectiva municipal.

YASMIN DA COSTA MONTEIRO, Comsefaz, expressou que a prática do CRC-RJ é exemplo de como conselhos regionais podem sensibilizar gestores e valorizar a contabilidade pública. A Resolução nº 565/2021, que criou o Prêmio Contador Heraldo da Costa Reis, reconhece municípios pela qualidade da informação contábil e, com atualização para premiar evolução, incentiva melhorias contínuas. A estratégia inclui envio de ofícios aos 92 municípios, destacando notas no ranking e relação com indicadores como CAPAG, engajando prefeitos e reforçando a contabilidade como ferramenta estratégica. A atuação da Comissão da Área Pública, com foco nos municípios com nota “E”, demonstra compromisso com desenvolvimento profissional além da fiscalização.

Conclusões e Encaminhamentos

- Houve destaque em alguns municípios quanto à evolução que saíram de 0% para mais de 90%.
- Evolução também significativa das notas “A” entre os estados.
- A data de publicação para o *ranking* de 2026 foi marcada para 23 de junho por causa do defeso eleitoral.

Encerramento

HERIBERTO DO NASCIMENTO, SUCON/STN, reforçou a importância da articulação entre os órgãos e entidades, destacando a proposta de ampliar a comunicação com os municípios por meio do sistema CFC/CRC, especialmente para sensibilizar os entes que ainda não estão engajados com o *ranking* da qualidade da informação contábil e fiscal. Com isso, Heriberto declarou oficialmente encerradas as atividades do 1º dia, reconhecendo a riqueza das discussões e a relevância das provocações apresentadas para orientar os próximos passos da Câmara Técnica.